COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 6.571, DE 2006

Altera a Lei nº 7.289, de 1984, e a Lei nº 7.479, de 1986, autorizando a concessão de licença para tratar de interesse particular aos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, com mais de três anos de serviço, para freqüentarem cursos de formação, em decorrência de aprovação em concurso público.

Autor: Deputado ALBERTO FRAGA

Relator: Deputado TADEU FILIPPELLI

I – RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alberto Fraga, pretende alterar a Lei nº 7.298, de 1984, e a Lei nº 7.479, de 1986, com o objetivo de autorizar a concessão de licença para tratar de interesse particular aos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, com mais de três anos de serviço, para freqüentarem cursos de formação, em face da aprovação em concurso público.

A proposição em apreço foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, que opinou por sua rejeição, nos termos do parecer do relator, Deputado Pedro Henry.

Em seguida, foi encaminhada à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, que concluiu por sua aprovação, nos termos do parecer vencedor do relator, Deputado Guilherme Campos.

Cabe, agora, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania examinar a proposição em comento quanto à constitucionalidade,

juridicidade e técnica legislativa, a teor do que dispõe art. 54, I, do Regimento Interno.

A matéria está submetida ao regime de tramitação ordinária e sujeita à competência do Plenário, tendo em vista os pareceres divergentes recebidos na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime, conforme prevê o art. 24, II, "g", também do Regimento Interno.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

De acordo com o art. 32, inciso IV do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete a esta Comissão se pronunciar acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto de lei em comento.

Trata-se de matéria pertinente à competência legislativa da União e às atribuições normativas do Congresso Nacional.

No tocante à sua constitucionalidade material, verificamos que o projeto está em conformidade com preceitos e princípios da Constituição em vigor. Quanto à juridicidade, observamos que o projeto está em conformidade com o ordenamento jurídico pátrio.

A técnica legislativa e a redação empregadas estão adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Em face do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 6.571, de 2006.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado TADEU FILIPPELLI

Relator